

Indústria de sementes

Semeando o desenvolvimento

Felipe Amin Filomeno*



A PROPRIEDADE intelectual sobre sementes tem sido objeto de calorosos debates e disputas em diversos países. No Brasil, os conflitos em torno do regime de propriedade intelectual sobre sementes, fundamentado na Lei de Proteção de Cultivares (1997) e na Lei de Propriedade Industrial (1996), emergiram em 2003, depois da autorização provisória do cultivo de sementes de soja transgênica no País. Desde então, disputas entre produtores rurais e empresas que desenvolvem sementes têm se multiplicado.

No Judiciário, há processos questionando a aplicação de patentes sobre sementes transgênicas, motivados pelo direito de seus detentores de proibir o produtor rural de reservar sementes para uso próprio em safras posteriores. No Legislativo, parlamentares debatem sobre tais conflitos e discutem projetos de lei que pretendem modificar a legislação em vigor e assim atender à demanda de produtores rurais ou de empresas que desenvolvem sementes. Finalmente, no Executivo, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) recebe solicitações de produtores rurais que alegam abuso de poder econômico por parte de tais empresas.

Essas discrepâncias sugerem que o regime de propriedade intelectual sobre sementes no Brasil pode ser melhorado, pois ainda não resolve conflitos entre provedores e usuários da tecnologia de sementes. Neste quadro, como obter um regime de propriedade intelectual que seja, ao mesmo tempo, economicamente eficiente, garantindo a introdução e difusão de sementes melhoradas, e socialmente estável, de forma a mitigar conflitos entre produtores rurais e empresas de sementes?

Primeiramente, é preciso adequar o direito do agricultor de reservar para uso próprio sementes cultivadas em seu estabelecimento rural sem precisar pagar *royalties* ao proprietário da cultivar correspondente. No Brasil, sementes obtidas por fitomelhoramento convencional e protegidas pela Lei de Proteção a Cultivares podem ser reservadas sem ônus, enquanto as obtidas por biotecnologia transgênica e protegidas duplamente pela Lei de Proteção de Cultivares e pela Lei de Propriedade Industrial não podem. Esta incoerência está na origem de várias ações judiciais iniciadas por agricultores, porém, corrigi-la através da extensão do direito à reserva de semen-

tes para uso próprio a todas as sementes e a todos os agricultores é problemático, como mostra a experiência da Argentina. Neste país, onde a mesma confusão legal existe, produtores rurais têm pleno direito de reservar sementes para uso próprio, gerando um conflito permanente com a indústria de sementes e desinvestimento em atividades locais de pesquisa e desenvolvimento por parte de multinacionais operando no setor. Uma solução intermediária, para a qual parece seguir o país vizinho, é garantir este direito apenas a pequenos produtores rurais, por terem menor capacidade econômica para pagamento de *royalties*.

Outro ponto importante é o direito do melhorista vegetal de usar cultivares protegidas preexistentes para criação de novas variedades sem precisar do consentimento do proprietário da cultivar original. No Brasil, este direito é assegurado e o consentimento necessário apenas quando a cultivar original precise ser repetidamente utilizada na obtenção da variedade nova ou quando esta for apenas marginalmente diversa da original. Este instituto deve ser fortalecido, fazendo com que a tecnologia de sementes tenha um caráter parcialmente “*open-source*” e facilitando

a participação de fitomelhoradores locais em processos transnacionais de inovação tecnológica, liderados por multinacionais.

Isso nos leva a outra questão importante: a transferência de tecnologia de empresas multinacionais para empresas nacionais. A parceria entre Embrapa e Monsanto, através da qual a multinacional licencia a propriedade intelectual do gene da soja “round-up ready” para inserção em cultivares da Embrapa, é bom exemplo para discussão. Um dos principais componentes positivos deste acordo é o Fundo de Pesquisa Embrapa e Monsanto, que financia projetos de pesquisa da Embrapa com recursos oriundos dos *royalties* sobre a comercialização de variedades de soja da Embrapa com a tecnologia da Monsanto. De 2006 a 2010, a Monsanto já repassou ao fundo cerca de R\$ 25 milhões. Dessa forma, agentes locais não somente consomem tecnologia estrangeira, mas desenvolvem capacidade própria de inovação tecnológica. Entretanto, não é de conhecimento público que percentual dos *royalties* recebidos pela Monsanto é destinado ao fundo de pesquisa, o que dificulta a avaliação do sucesso do programa no fortalecimento de capacidades tecnológicas nacionais.

Além disso, arranjos cooperativos entre empresas de pesquisa agrícola do Brasil e de outros países em desenvolvimento também apresentam grande potencial. Um exemplo é o acordo entre a Embrapa e a Academia Chinesa de Ciências Agrárias, firmado em 2004 para compartilhar custos, conhecimento e material genético na criação de novas variedades de soja. Isso é importante para fortalecer a indústria nacional de sementes de países em desenvolvimento em um mercado mundial altamente concentrado nas mãos de grandes multinacionais oriundas de países desenvolvidos.

Analogamente, produtores rurais brasileiros e de outros países em desenvolvimento também têm muito a ganhar se coordenarem suas ações e compartilhar informações em negociações envolvendo propriedade intelectual. Para que as políticas de propriedade intelectual sejam

equilibradas, é preciso que as duas principais partes interessadas – provedores e usuários de tecnologia – apresentem graus semelhantes de coordenação nos processos de negociação. Daí que, como uma multidão de consumidores de tecnologia dispersos em diversas regiões, fica difícil para os agricultores tornarem efetivas suas propostas. No caso da soja, agricultores do Brasil, da Argentina e do Paraguai, apesar de enfrentarem problemas semelhantes em sua relação com multinacionais provedoras de sementes, não possuem uma frente articulada de ação, às vezes ausente mesmo em nível nacional.

Portanto, trata-se de equilibrar direitos e posições, para garantir uma remunera-

ção à inovação tecnológica que estimule seu provedor, mas não onere demasiadamente seu usuário. Neste jogo, cabe ao Estado papel fundamental, na formulação da lei e em sua aplicação, mas também na pesquisa agrícola, seja na transferência de tecnologia estrangeira para a indústria nacional ou na promoção da concorrência na indústria de sementes como alternativa ao setor privado multinacional. Assim, ao invés de conflitos, teremos produtores rurais e a indústria de sementes cooperando para o avanço do agronegócio brasileiro. ■

*Economista e doutorando em Sociologia pela Johns Hopkins University (EUA) como bolsista Capes-Fulbright (aminfilomeno@jhu.edu)



Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 1997) - Instituiu a propriedade intelectual sobre variedades vegetais na forma de “*plant breeder's rights*”, contemplando a “exceção do agricultor” (para reservar sementes para uso próprio) e a “exceção do fitomelhorador” (para criar novas variedades a partir de cultivares protegidas). É inspirada na convenção de 1978 da União Internacional para Proteção de Novas Variedades Vegetais (UPOV), mas também contém elementos da convenção de 1991.

Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279, de 1996) - Estabeleceu o direito de patente sobre organismos transgênicos (incluindo sementes), o que permite ao detentor da patente proibir terceiro de usar o produto objeto da patente sem seu consentimento. Esta lei adequou a legislação brasileira ao Acordo sobre Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio.

Fatos:

- O Brasil é hoje o segundo país no mundo em cultivo de transgênicos, com 21,4 milhões de hectares plantados em 2009. Em 2004, esta área correspondia a apenas 5 milhões de hectares (fonte: International Service for the Acquisition of Agri-Biotech Applications);
- As principais culturas transgênicas no Brasil são soja, milho e algodão.